

Na primeira proposta, os candidatos devem assumir a máscara discursiva de um/a *digital influencer* adolescente, de 15 anos, que se tornou famoso/a e que, de alguma forma, se sente incomodado/a com comentários e perguntas feitas por parentes e amigos a seus pais sobre seu sucesso na internet, por isso resolve escrever um **post** (“textão”) em um de seus perfis de rede social. Nesse **post**, o então *digital influencer* deve redigir um texto em parte **narrativo**, em parte **argumentativo**, no qual narra sua trajetória de atuação em mídias sociais até se tornar um *digital influencer*, relata suas impressões acerca dessa experiência (sejam aspectos positivos e/ou negativos) para, por fim, posicionar-se sobre a atuação de crianças e adolescentes como *digital influencers*.

Para escrever o seu **post**, os candidatos devem ler criticamente os textos disponíveis na coletânea da prova em favor de seu *projeto de texto*. O primeiro é um texto retirado de uma reportagem publicada no site do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que apresenta uma definição do termo *cyberbullying*: um dos perigos a que estão suscetíveis crianças e adolescentes expostos à internet. A leitura desse verbete pode sugerir aos candidatos a inclusão desse tema tanto na narrativa de sua trajetória (contando se já sofreu esse tipo de agressão, por exemplo), quanto em sua argumentação ao se posicionar sobre a atuação de crianças e adolescentes como *digital influencers* (apontando os perigos do *cyberbullying* a que estão expostos os menores de idade em mídias sociais), ou ainda, ao discorrer sobre as formas de prevenção a serem adotadas pelos pais para evitar esse tipo de violência nas redes.

O segundo texto defende a importância do papel das famílias e escolas no acompanhamento de crianças e adolescentes nas redes sociais. A reportagem, assinada por Mariana Mandelli, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, faz uma distinção entre proibição e controle no uso das mídias sociais, manifestando-se favorável ao diálogo dos pais com os menores de idade no intuito de ajudá-los a criar uma relação saudável e segura com essas mídias. Ao estabelecer essa distinção e constatar a inevitável presença do “universo digital” na cultura das crianças e adolescentes de hoje, o texto fornece bons argumentos para a defesa da superexposição do público *teen* na internet. Por outro lado, a reportagem também pode ser aproveitada para sustentar um posicionamento contrário, já que alerta sobre a fragilidade dos nativos digitais diante dos inúmeros riscos e perigos ocultos nas redes sociais. É possível ainda, os candidatos se valerem, em sua narrativa, da existência ou não do controle dos seus familiares e/ou da sua escola, da presença ou ausência de diálogo com seus pais e/ou professores, por exemplo, ao relatarem seu percurso até se tornarem um *digital influencer*, destacando, assim, suas impressões acerca dessa experiência (que pode ter sido positiva, ou mesmo traumática).

O terceiro texto vem acompanhado da fotografia de uma *digital influencer* de 13 anos (na época do registro, em 2018). Nele, os candidatos conhecerão um pouco a trajetória dessa adolescente, reconhecida como a primeira YouTuber surda oralizada no Brasil. A. C. se tornou celebridade nas redes sociais por compartilhar seu cotidiano com outras crianças e adolescentes, postando desafios, vídeos de brinquedos e *vlogs* em seu canal (“Vida de Amy”), que conta com milhares de inscritos e milhões de visualizações. Trata-se de um exemplo que pode inspirar os candidatos na construção do/a narrador/a-personagem *digital influencer*, bem como propiciar argumentos para discussões em torno da ética implicada na superexposição de crianças e adolescentes na internet, no trabalho infantil, na “monetização” de seus perfis etc.

Por fim, o quarto texto caracteriza como *trabalho infantil* a atuação de crianças e adolescentes no YouTube. No texto, extraído da matéria originalmente publicada no site do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Cristina Sena apresenta duas situações em que os *youtubers mirins* prestam serviços apropriados economicamente por terceiros: quando fazem propaganda de determinados produtos em seus canais ou quando são inseridos anúncios publicitários em seus vídeos. De acordo com o texto, a publicidade infantojuvenil é considerada prejudicial tanto para quem atua nela quanto para quem a consome, uma vez que estimula práticas como o consumismo e o materialismo, diminui as brincadeiras criativas, promove a erotização precoce, a violência e a segregação de gênero. Os candidatos que optarem por criticar esse tipo de trabalho encontram aqui um rol de argumentos, e podem, ainda, construir narrativas que espelhem essas experiências negativas.

Vale dizer que, em se tratando da produção de um extenso texto (“textão”) a ser postado nas redes sociais, são esperadas marcas linguísticas relativamente informais na escrita dos candidatos, conferindo à redação um tom coloquial característico do gênero discursivo solicitado (um **post**).

A expectativa é que as melhores redações sejam aquelas em que os candidatos consigam, a partir da perspectiva discursiva de um *digital influencer* adolescente, atrelar a narrativa da sua trajetória em redes sociais e as impressões extraídas dessa experiência vivida a argumentos relativos à atuação de crianças e jovens como *digital influencers*. Para isso, eles devem se apoiar nos textos disponíveis na coletânea que abordam os perigos do *cyberbullying* (texto 1), da superexposição na internet (texto 2) e do trabalho infantil (texto 4) e alertam para a importância do controle de pais e escola (texto 2) nessa atuação, além de trazerem um exemplo de uma *digital influencer* de 13 anos (texto 3).

Na segunda proposta, os candidatos devem assumir o papel de um/a estudante universitário/a brilhante, com currículo acadêmico invejável, que teve uma bolsa de Iniciação Científica (IC) rejeitada por restrição orçamentária, apesar de o mérito de sua pesquisa ter sido reconhecido. O/A jovem se junta a outros estudantes que passaram por situação semelhante para escrever um **manifesto**, a ser lido na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), contra os cortes de verbas na área da Ciência e Tecnologia, interpelando a comunidade acadêmica (e a sociedade civil) para intervir(em) neste cenário tão desfavorável à produção do conhecimento científico no Brasil. Para além de apontarem os cortes orçamentários na ciência e na pesquisa e denunciarem os prejuízos acarretados por esses cortes, os candidatos devem, em seu **texto argumentativo**, repudiar as engrenagens que sucateiam e desmontam a ciência brasileira, convencendo seus interlocutores de que tal política em curso atualmente deve ser rechaçada e revertida.

Os textos disponíveis na coletânea oferecem argumentos para a elaboração do manifesto. Antes ainda da coletânea, a prova apresenta um *box* informativo que objetiva explicar aos candidatos o que vem a ser uma pesquisa de Iniciação Científica (IC), nomear algumas agências de fomento à pesquisa, e informar o valor atual (congelado desde 2016) de uma bolsa para financiamento de uma pesquisa de IC.

No primeiro texto, retirado de uma reportagem publicada no *El País*, a crise da pesquisa científica é relatada a partir de dois ângulos: o de uma aluna de mestrado da Universidade Federal do Ceará (UFC) e o da pró-reitora de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). De acordo com a perspectiva da aluna Thabata Cavalcanti dos Santos, a situação de penúria da ciência se tornou tão difícil atualmente que ela chegou a pensar em desistir. Thabata vê sua trajetória acadêmica como resultado de anos de investimento estatal na educação, já que cursou a graduação numa universidade pública. Hoje, sem bolsa, não vislumbra futuro. Já a pró-reitora Denise Freire se preocupa com a “fuga de cérebros” de profissionais formados, seja para buscar oportunidades no exterior, seja para exercer trabalhos economicamente precarizados. De qualquer modo, constata-se um desperdício de dinheiro público investido durante anos para consolidar a produção científica no Brasil, pois, na hora de dar o devido retorno à sociedade, estudantes não veem oportunidade na profissão de pesquisadores. Os vívidos relatos coletados na reportagem podem ajudar os candidatos a perceberem o caráter antieconômico dos cortes orçamentários. Tais medidas, aparentemente, visam a poupar dinheiro, mas funcionam, na verdade, como desperdício de recursos humanos e financeiros envolvidos nos investimentos massivos para construir a ciência de um país soberano.

O segundo texto é um gráfico em que estão registrados os cortes sofridos em 2021 nos orçamentos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI), das agências federais de fomento à pesquisa (CNPq e Capes) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (FNDCT), quando comparados ao quadro orçamentário de 2020 ou 2019 (no caso da Capes). Os candidatos terão aqui material para apontar, em números e porcentagens, os cortes de verbas destinadas à ciência e à pesquisa brasileira.

O terceiro texto vem acompanhado da fotografia de um protesto, organizado por estudantes, que gritam por socorro (SOS) à ciência brasileira e reivindicam o aumento (ou reajuste, se levarmos em conta a inflação em que vive o país hoje) no valor das bolsas, que não são reajustadas há anos, conforme informado aos candidatos no texto 4 e no *box* informativo apresentado na prova. A informação visual pode ajudar os candidatos a elaborarem, em seu manifesto, uma agenda propositiva: o aumento no valor das bolsas, tanto para as pesquisas no nível de graduação, quanto no nível de pós-graduação, ou ainda, a defesa de que não se deve lutar apenas *contra* os cortes, mas a *favor* de condições cada vez melhores de trabalho para os bolsistas envolvidos com pesquisas científicas.

Para finalizar, o quarto texto apresenta um excerto de um manifesto (mesmo gênero discursivo desta proposta), recentemente publicado por pesquisadores brasileiros na revista *Science*. O texto traz informações preciosas que podem ser aproveitadas como argumentos pelos candidatos: o valor das bolsas de mestrado e doutorado que não é reajustado desde 2013 e a situação da maioria dos bolsistas que depende daquele dinheiro para sobreviver (e manter sua alimentação, saúde, moradia, vestimenta, transporte), tal como Thabata, estudante citada no texto 1. Vale ainda dizer que o texto 4 é um exemplo – e não um modelo! – de um manifesto que pode funcionar de maneira sugestiva para os candidatos apreenderem marcas discursivas desse gênero textual na elaboração de seu manifesto de repúdio coletivo.

A expectativa é que as melhores redações sejam aquelas em que os candidatos consigam, a partir de uma *máscara discursiva coletiva*, elaborar um *manifesto* – apresentando um bom diagnóstico das consequências, a médio e longo prazo, do desmantelamento gradual da ciência brasileira – e clamar por políticas públicas que reconheçam a importância estratégica da área para a soberania do Brasil. Para isso, os candidatos devem se apoiar nos textos disponíveis na coletânea que abordam, respectivamente: o desperdício econômico representado pelo sucateamento da ciência (texto 1), os cortes orçamentários na estrutura de ciência e tecnologia do Brasil (texto 2), a luta política pelo melhoramento das condições materiais dos bolsistas (texto 3) e a voz coletiva de insatisfação registrada num manifesto (texto 4).